

**EDcl no AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.233 - RO  
(2019/0160971-3)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**EMBARGANTE : CARLOS EDUARDO DA SILVA CARDOSO**  
**ADVOGADOS : OCTAVIA JANE LÉDO SILVA E OUTRO(S) - RO001160**  
**RAIMISSON MIRANDA DE SOUZA - RO005565**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O acórdão embargado é claro ao dispor que a condução de veículo automotor em via pública com concentração de álcool maior ou igual a 6dg (seis decigramas) de álcool por litro de sangue é suficiente à configuração do injusto penal previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, sendo, pois, prescindível a prova do risco potencial de dano causado pela conduta do agente que dirige embriagado.
2. Inexistindo no acórdão embargado quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, que permitem o manejo dos aclaratórios, não há como estes serem acolhidos.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**